

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	Sep-19	Oct-19	Nov-19	Dec-19	Jan-20	Feb-20	Mar-20	Apr-20	May-20	Jun-20	Jul-20	Aug-20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	32,208,274.76	32,587,362.93	38,354,155.97	57,246,532.43	32,258,419.93	32,529,623.98	32,465,398.81	32,198,990.61	32,119,766.74	44,204,331.52	32,399,443.68	32,521,847.08	431,094,148.44	
Pessoal Ativo	25,162,800.18	25,202,104.51	31,151,723.09	42,625,310.62	25,033,653.54	25,348,542.09	25,189,293.45	24,946,091.26	24,954,437.10	34,870,141.62	25,264,515.45	25,430,559.65	335,179,172.56	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	20,412,038.56	20,443,229.20	26,411,271.23	33,059,440.61	20,293,854.37	20,638,443.65	20,454,290.35	20,204,959.57	20,211,941.97	29,609,440.00	20,524,925.35	20,615,950.16	272,879,785.02	
Obrigações Patronais	4,750,761.62	4,758,875.31	4,740,451.86	9,565,870.01	4,739,799.17	4,710,098.44	4,735,003.10	4,741,131.69	4,742,495.13	5,260,701.62	4,739,590.10	4,814,609.49	62,299,387.54	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	7,045,474.58	7,385,258.42	7,202,432.88	14,621,221.81	7,224,766.39	7,181,081.89	7,276,105.36	7,252,899.35	7,165,329.64	9,334,189.90	7,134,928.23	7,091,287.43	95,914,975.88	
Aposentadoria, Reserva e Reformas	4,625,401.04	4,546,312.61	4,617,842.55	9,633,051.10	4,608,379.52	4,611,823.48	4,675,734.87	4,670,079.51	4,582,509.80	6,800,504.22	4,532,974.98	4,539,748.10	62,444,361.78	
Pensões	2,420,073.54	2,838,945.81	2,584,590.33	4,988,170.71	2,616,386.87	2,569,258.41	2,600,370.49	2,582,819.84	2,582,819.84	2,533,685.68	2,601,953.25	2,551,539.33	33,470,614.10	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	7,115,701.28	7,476,171.32	13,348,406.76	17,036,232.68	7,231,428.11	7,868,393.39	7,416,055.37	7,292,154.81	7,171,991.36	9,340,851.62	7,476,873.21	7,530,150.87	106,304,410.78	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	46,775.35	66,103.73	5,886,882.87	743,241.50	6,661.72	489,684.64	330,951.38	39,255.46	6,661.72	6,661.72	341,944.98	438,863.44	8,403,688.51	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	23,451.35	24,809.17	259,091.01	1,671,769.37	-	6,625.49	-	-	-	-	-	-	1,985,746.39	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7,045,474.58	7,385,258.42	7,202,432.88	14,621,221.81	7,224,766.39	7,372,083.26	7,085,103.99	7,252,899.35	7,165,329.64	9,334,189.90	7,134,928.23	7,091,287.43	95,914,975.88	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	25,092,573.48	25,111,191.61	25,005,749.21	40,210,299.75	25,026,991.82	24,661,230.59	25,049,343.44	24,906,835.80	24,947,775.38	34,863,479.90	24,922,570.47	24,991,696.21	324,789,737.66	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26,493,989,725.74	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	21,510,682.00	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	54,921,718.00	
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VII) = (IV - V - VI)	26,417,557,325.74	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	324,789,737.66	1.229%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	380,412,825.49	1.440%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 * VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	361,392,184.22	1.368%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 * VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	342,371,542.94	1.296%

FONTE: Sistema e-fisco/2020 - Dados definitivos

UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Contabilidade (DCO)

DATA DA EMISSÃO: 22/09/2020

HORA DA EMISSÃO: 12:00h

NOTAS EXPLICATIVAS:

NOTA 1: O campo "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" inclui o valor da Dotação Orçamentária Específica (DOE). Procedimento adotado em conformidade com a DELIBERAÇÃO DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO REALIZADA EM 11/09/2013 - PROCESSO TC Nº 1304888-0.

NOTA 2: As rubricas de Pessoal Ativo, Pessoal Inativo e Despesas Não computadas são compostas pelas seguintes contas:

Pessoal Ativo: Salários e Vencimentos - Pessoal Civil, Abono de Permanência, Gratificação por exercício de Cargos, 13º salário, Ajuda de Custo, Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) - Pessoal Civil, Encargos Patronais ao RPPS, Contribuição Patronal ao INSS, Juros sobre obrigações patronais, Encargos Patronais - Previdência Complementar e outros órgãos de Previdência, Indenizações Trabalhistas.

Pessoal Inativo: Despesas com Aposentados, Despesas com Pensionistas, Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) - Aposentados e Pensionistas.

Despesas Não Computadas: Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), Indenizações Trabalhistas, Contribuições de servidores Ativos e Inativos ao RPPS, Contribuição Patronal ao RPPS, Complemento Encargo Patronal ao RPPS - Dotação Orçamentária Específica (DOE).

* RPPS = Regime Próprio de Previdência Social

* INSS = Instituto Nacional de Seguro Social

NOTA 3: A Procuradoria Geral da ALEPE dispõe que a função de auxiliar de escritório objeto de contrato de terceirização não substitui as atividades do cargo de agente legislativo por terem escolaridade e atividades diversas, não devendo, portanto, ser computada como "Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

NOTA 4: Em vista do Acórdão TCE-PE nº 0355/18, de 18/04/2018, que, em seu item III diz: "Os valores pagos pela Administração a título de conversão de licenças-prêmio em pecúnia, de abono de permanência em serviço e do terço constitucional de férias, possuem natureza indenizatória, pelo que não deverão ser considerados na apuração da despesa total com pessoal tratada no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal", a ALEPE procedeu à exclusão das citadas rubricas na base de cálculo da Despesa Bruta com Pessoal a partir do RGF correspondente.

NOTA 5: De acordo com o acórdão TCE/PE nº 42/2020: "Os valores pagos pela Administração a título de abono de permanência em serviço possuem natureza remuneratória, razão pela qual deverão ser considerados na apuração da Despesa Total com Pessoal tratada no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal". Sendo assim, a ALEPE

passou a computar o abono de permanência na base de cálculo da Despesa Bruta de Pessoal a partir do RGF do 2º Quadrimestre de 2020.

ERIBERTO MEDEIROS

Presidente

ARTHUR VICTOR DE SÁ R. MORAIS

Contador - CRC/PE Nº 019860

CLODOALDO MAGALHÃES

Primeiro Secretário